

OS JOVENS E O PROTAGONISMO EM ASSENTAMENTOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO¹

Bevândia dos Santos Oliveira;
Francivânia Casimiro de Sarmiento;
José Paulo Pedrosa Camilo;
Juliano Moreira do Nascimento²;
Laurita Dias do Nascimento;
Pollyana Rolim de Lira.
Maria Lucinete Fortunato³;
Mariana Moreira Neto⁴;

Este artigo registra a experiência vivenciada no Projeto de Extensão ***Relações de poder/saber: protagonismo de jovens em assentamentos rurais do alto sertão paraibano***, desenvolvido, nos anos de 2003 e 2004, com financiamento do PROEXT/SESu-MEC, nos assentamentos: Acauã, no município de Aparecida; Juazeiro, no município de Marizópolis; e, Santo Antônio, Frei Damião e Valdecy Santiago, no município de Cajazeiras. As ações tiveram como sujeitos históricos de sua elaboração os jovens e os professores que lecionam nas escolas, públicas e privadas dos referidos assentamentos. Contou com a participação de 256 jovens com faixa etária entre 14 e 21 anos de idade, 12 educadores e 06 bolsistas, alunos de graduação do CFP/UFCG (Juliano Moreira do Nascimento, Bevândia dos Santos Oliveira, Francivânia Casimiro de Sarmiento, José Paulo Pedrosa Camilo, Pollyana Rolim de Lira e Laurita Dias do Nascimento). O trabalho teve como objetivos: contribuir para a formação política dos jovens assentados com vistas à sua inserção cidadã no exercício das relações de poder/saber que eles vivenciam e à construção de ações conjuntas que viabilizem a elaboração e execução de políticas públicas que repercutam nas condições de vida e trabalho nos assentamentos; delimitar as problemáticas políticas, econômicas, históricas, educacionais e sócio-culturais que afetam e definem a formação dos(as) jovens residentes em Assentamentos da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, discutindo a importância dos(as) jovens assentados enquanto sujeitos sociais e políticos. O projeto foi desenvolvido com base em princípios metodológicos participativos e na pesquisa-ação,

Metodologia apropriada à pesquisa social com base empírica, que deve ser concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo⁵.

Com base nesta compreensão, priorizou-se a cooperação, o comprometimento e a solidariedade entre os sujeitos envolvidos, no sentido de identificar problemas e encontrar

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático "História Cultural", durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Aluno de Graduação em Geografia da UFCG/CFP/UACS, e-mail: geo_Juliano@yahoo.com.br

³ Professora Doutora em História, titular da UFCG/CFP/UACS, e-mail: mlucinete@uol.com.br

⁴ Professora Mestra em Sociologia, titular da UFCG/CFP/UACS, e-mail: moreiramariana@uol.com.br

⁵ (SOARES, 2000).

soluções ou meios de desafiá-los, tomando como ponto de partida as falas dos jovens assentados acerca das relações sócio-culturais vivenciadas nos assentamentos rurais às quais orientaram os temas e as reflexões trabalhados ao longo do desenvolvimento do Projeto. De acordo com Thiollent,

Nos projetos cuja metodologia é baseada na pesquisa-ação, a principal transformação que ocorre no decorrer do processo é a passagem da constatação de fatos observáveis na situação para uma ação transformadora apropriada. (...) Em matéria de pesquisa e aprendizagem, os resultados, interpretáveis no referencial cultural compartilhado, devem fazer sentido na prática dos grupos implicados⁶.

Neste sentido, procurou-se trazer as dificuldades para o campo do debate, buscando estudar, traduzir e explicitar os interesses, razões e significados simbólicos que se escondem por trás de suas manifestações, contribuindo para a produção e socialização de práticas que instituem novas relações de saber/poder.

A abertura do espaço de interlocução facilita a aceitação do projeto pelas diversas partes envolvidas, a motivação e a mobilização das pessoas e grupos. Uma vez delineado o espaço, a organização de encontros e seminários permite definir objetivos, acompanhar o processo, interpretar e avaliar os resultados, em termos de informação e de ação⁷.

Por um lado, o projeto fundamentou-se no questionamento da situação atual dos jovens assentados, e, segundo sua perspectiva, de problemas significativos vividos por eles, sobretudo no que diz respeito à educação e ao exercício da cidadania. Isso implica uma sistematização de suas experiências nas diversas esferas intercomunicáveis. Aqui, sistematização tem o significado a ela atribuída por Holliday de

interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo⁸.

Por outro lado, foram desenvolvidas discussões políticas acerca da importância da participação dos jovens na elaboração e execução de políticas públicas voltadas para: a educação, a inclusão social, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais. Para o aprofundamento dessas questões as discussões se deram a partir da realização de palestras, cursos, seminários, debates, exibição de vídeos, oficinas temáticas e visitas de intercâmbio. As questões foram trabalhadas tendo por base as múltiplas maneiras como os jovens assentados experienciam e compreendem o seu cotidiano, em suas múltiplas ações políticas e educativas. A definição dos temas explorados foi feita com base nas discussões realizadas ao longo das atividades do projeto e nos conteúdos que foram significados conjuntamente.

A compreensão das problemáticas que afetam e definem a formação dos jovens residentes em assentamentos no Alto Sertão Paraibano passa pela discussão da importância dos

⁶ THIOLENT, 2003.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ HOLLYDAY, 1995, p. 28-29.

jovens assentados enquanto sujeitos sociais e políticos da elaboração e execução de políticas públicas que repercutam na melhoria de suas condições de vida e de trabalho nos assentamentos e na construção de novos saberes e de novas práticas; e, pelo aprofundamento do debate sobre a educação do campo, as múltiplas formas de convivência com o semi-árido, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável nas áreas dos assentamentos; a fim de contribuir para a construção de ações e práticas educativas, formais e informais, que elaborem novas relações de poder/saber nos assentamentos. Nesse sentido, o protagonismo dos sujeitos sociais envolvidos na luta pela terra, sobretudo os jovens que passam a ter os assentamentos rurais como espaço de vivência e convivência social, política, cultural, sentimental e pessoal, é condição necessária para a inclusão sócio-cultural das comunidades assentadas. Daí, a necessidade de apreender como a vivência dos jovens nos assentamentos do Alto Sertão Paraibano reflete, nas suas características e no seu perfil, o processo de luta que lhes deu origem, as condições em que se processam as relações de poder por eles vivenciadas e o seu protagonismo. A construção de projetos de vida para os jovens dos assentamentos passa por uma melhor compreensão das condições históricas e materiais de suas vidas cotidianas. No desenvolvimento das atividades do projeto, constatou-se que a inserção dos jovens no mundo do trabalho foi considerada apenas quando se trata das atividades remuneradas, dentro ou fora dos assentamentos. Também nas diversas sessões de discussão foi demonstrado que uma preocupação recorrente entre os jovens é o emprego como fonte de renda. O trabalho dos jovens no universo da unidade produtiva familiar, por não ser remunerado, não é considerado “trabalho”, mas, “ajuda” aos pais embora, para os jovens, o “trabalho” apareça como um elemento fundante das referências que eles elaboram do assentamento como espaço e possibilidade de vida, de sobrevivência e de poder. Contudo, a precária problematização dessa questão, torna maior a angústia dos jovens, os quais têm dificuldade de perceber que na sociedade capitalista contemporânea o fenômeno do emprego exige novas formas de compreensão, passando pela idéia de autonomia financeira e pelo reconhecimento de que a terra exige investimentos cuja demanda supera suas condições econômicas. A partir dessa concepção, um projeto de vida rural só será viável para a família se algum dos seus membros buscar fontes de recursos trabalhando “fora”. Atribuição que sempre recai sobre os membros mais jovens por melhor se adequarem às exigências impostas pelo mercado de trabalho. Nesse sentido, a cidade aparece como referência para a mudança das condições econômicas e para o não fortalecimento do trabalho agrícola, sobretudo quando se considera a freqüente ocorrência de estiagem. *“É muito diferente a vida na cidade e no assentamento. A cidade tem mais desenvolvimento; enquanto no assentamento, as coisas acontecem de forma bem lenta”*. (jovem do Assentamento Acauã). *“Eu pretendo ir embora do assentamento. Aliás, vivo praticamente na*

cidade". (jovem do Assentamento Acauã). *"Eu quero ir embora, pois aqui no assentamento não existe oportunidade de crescimento para os jovens que aqui vivem. Se o assentamento oferecesse trabalho eu não sairia daqui"* (jovem do Assentamento Santo Antonio). *"Se eu alcançar todos os meus objetivos, eu pretendo procurar outras fronteiras"*. (jovem do Assentamento Santo Antonio). *"Pretendo sair, porque aqui não tem como a gente construir a vida"*. (jovem do Assentamento Santo Antonio). Os jovens demonstram se pautar por referenciais urbanos como base para a orientação do seu projeto da vida, desinteressando-se cada vez mais da experiência do trabalho agrícola e da vida no campo. Mesmo quando se identificam com o campo, os jovens demonstram a necessidade de ir para a cidade por questão de sobrevivência: *"Não troco à vida do campo pela cidade. O que é diferente é que na cidade tem trabalho"*. (jovem do Assentamento Frei Damião). *"Eu pretendo ir embora; mas se conseguir alguma coisa e se for aqui no assentamento melhor ainda. Penso em uma profissão. Não desejo sair do assentamento, mas se acontecer, é para ajudar a família"*. (jovem do Assentamento Acauã). Embora as identidades desses jovens pareçam estar sendo tecidas a partir do confronto entre campo e cidade, tendo na cultura urbana o eixo de compreensão do desenvolvimento pessoal e profissional, paradoxalmente, eles reconhecem que a vida dos jovens que residem em favelas ou áreas periféricas nos centros urbanos, local onde provavelmente residiriam ao emigrarem para a cidade, também é permeada por dificuldades. *"Tanto na cidade quanto no assentamento tem coisas difíceis. O divertimento na cidade é melhor, mas no assentamento ficamos mais a vontade"*. (jovem do Assentamento Valdecy Santiago). A perspectiva de consolidação profissional no assentamento só foi apontada por um jovem: *"Não tenho pretensão de sair do assentamento. Estou aqui há dez anos, tenho perspectivas de crescimento aqui mesmo no assentamento."* (jovem do Assentamento Acauã). Percebe-se que, apesar dos jovens, em sua maioria, manifestarem o desejo de permanecer no assentamento, a perspectiva de saída sempre é justificada pela falta de emprego ou de meio de sobrevivência e pelas perspectivas oferecidas pelas cidades. Não há uma percepção clara da importância da luta por políticas públicas que potencializem, por exemplo, a reforma agrária, a convivência com o semi-árido e a educação do campo como possibilidades de melhoria da qualidade de vida nos assentamentos, e a agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento sustentável. A ausência de políticas públicas pautadas nas reais necessidades desses trabalhadores, por sua vez, traz como conseqüências a descapitalização da maioria das unidades de produção, a inviabilidade da produção e a fragilidade da perspectiva de desenvolvimento de novas formas de convivência com o semi-árido, entre outras. Nesse sentido, a promoção de um desenvolvimento sustentável que evidencie padrões de produção e consumo mais solidários e promotores de níveis de segurança alimentar e nutricional não é viabilizada como uma prerrogativa para a melhoria da qualidade de vida

nos assentamentos. O protagonismo dos jovens ou a sua atuação como sujeitos ativos das relações de poder/saber que permeiam o cotidiano dos assentamentos não são considerados como elementos para a composição das relações de poder que eles vivenciam ou como estratégia possível para a consolidação de sua permanência no campo. Uma forma de ascensão econômica e social tem sido pensada a partir da formação profissional, via escolarização. No entanto, a educação formal dos jovens que vivem nos assentamentos da reforma agrária no Alto Sertão da Paraíba se processa de uma forma complexa, sobretudo no que diz respeito à oferta do ensino fundamental e do ensino médio. Isto porque a insuficiência de escolas nestas áreas e a precária qualidade das instalações escolares existentes no meio rural obrigam crianças e jovens a se deslocarem para outros lugares para exercerem o direito à educação. Pesquisa realizada nos assentamentos onde foi desenvolvido o projeto constatou que o Assentamento Santo Antonio registra o maior número de jovens freqüentando a escola - 23 dos 25 jovens situados na faixa etária entre 14 e 21 anos estudam, o que corresponde a 92% -, seguido pelo assentamento Acauã - onde 78 dos 92 jovens estão na escola, correspondendo a um percentual de 84%. No assentamento Juazeiro 31 dos 42 jovens freqüentam a escola, atingindo um percentual de 73%, número bem próximo ao assentamento Frei Damião onde 69% dos jovens estudam, ou seja, 9 dos 13 jovens entre 14 e 21 anos estão na escola. Por fim, o assentamento Valdecy Santiago é o que apresenta o menor índice de jovens freqüentando a escola - dos 34 jovens na faixa etária abrangida pelo projeto apenas 22 estudam, ou seja, 64%. Nos assentamentos a situação de escolaridade ou o acesso à educação formal reflete um quadro que se repete em todo o país onde um número significativo de crianças e adolescentes estão excluídos da escola, sobretudo na segunda fase do ensino fundamental e no ensino médio em razão da precariedade das escolas públicas (única alternativa para a quase totalidade dos jovens dos assentamentos do Alto Sertão Paraibano); da deficiência ou inexistência de escolas nos assentamentos; da inexistência ou precariedade de transportes (obrigando muitos ao exercício diário de longas caminhadas para conseguir chegar à escola); dos currículos descontextualizados; e, do descompasso entre o tempo da escola e o tempo da vida sócio-cultural dos assentamentos. Este último fator, em alguns casos, leva à priorização do trabalho dos jovens, em detrimento da inserção escolar. Portanto, a situação dos jovens assentados reflete certas hierarquias e permite apreender como as posições que eles ocupam enquanto sujeitos sociais e políticos afetam a sua formação, repercutem nas suas condições de escolaridade e inviabilizam o seu protagonismo. Para um número significativo desses jovens a situação que Bourdieu (1997) define como “encruzilhada social” com duas opções, estudar ou sobreviver, se configura como possibilidade concreta. Os que estudam afirmam que: *“Na escola os conteúdos trabalhados são desvinculados do cotidiano do assentamento”*. (Jovem do Assentamento Acauã). *“Na*

escola temos de bom os professores, apesar de não conhecerem o assentamento e de termos aulas com conteúdos apenas urbanos. De ruim temos o tratamento dos colegas da cidade que nos discriminam". (jovem do Assentamento Juazeiro). De acordo com esses jovens, as escolas não oferecem subsídios que possibilitem a produção de espaços que afirmem seus valores, suas identidades, seus direitos e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho e para a construção de uma nova realidade nas comunidades assentadas. Diante desta situação, os jovens, com bastante assiduidade, manifestam a intenção de deixar o assentamento para seguir os estudos. E apontam, como expectativa de futuro, "se formar" e/ou ter uma profissão que proporcione melhores condições financeiras e lhes traga satisfação. Alguns jovens enfatizaram que a conquista de um diploma, ou a sua conseqüente profissionalização, não implicariam, necessariamente, no abandono do seu lugar de origem; mas, numa possibilidade de se construir novas alternativas econômicas, sociais e culturais para o assentamento: "Pretendo sair do assentamento, mas só com um objetivo importante: tudo tem que vir através de estudo o que eu conseguir" (jovem do Assentamento Acauã). *Sim quero ir embora do assentamento. Quero terminar o curso técnico e ir trabalhar em uma fazenda.* (jovem do Assentamento Frei Damião). Isto porque a escola não tem priorizado o estudo do meio e a contextualização do currículo, contribuindo assim para a compreensão de que o mundo rural é culturalmente inferior ao urbano; que o mercado é o parâmetro norteador da vida; que o consumidor tem prioridade sobre o cidadão e que a agricultura familiar é prática de "pobres", e, como tal, alternativa de vida inviável, sobretudo para as gerações jovens. Embora, os movimentos sociais tenham avançado em seu projeto de uma educação voltada para os interesses de uma escola do campo, a partir da compreensão de que

(...) nossos currículos precisam trabalhar melhor o vínculo entre educação e cultura, no sentido de fazer da escola um espaço de desenvolvimento cultural, não somente dos estudantes, mas das comunidades. Valorizar a cultura dos grupos sociais que vivem no campo; conhecer outras expressões culturais; produzir uma nova cultura, vinculada aos desafios do tempo histórico em que vivem educadores e educandos e às opções sociais em que estão envolvidos; (...) ⁹.

É preciso que os currículos, ainda que contextualizados, tenham flexibilidade para possibilitar o aprender a fazer, a pesquisa e a recriação da ação pedagógica, dando sentido ao que se ensina, aprende e faz. De acordo com esta perspectiva, a escola deve ser considerada, como o espaço institucional que tem como função social promover a sociabilidade e a ampliação de saberes historicamente acumulados. Ou seja, a escola deve pleitear a formação do indivíduo para a interpretação fundamentada e crítica do mundo e da sociedade, para a instrumentalização de seu agir e pensar na qualificação das relações sócio-culturais. Neste sentido, a escola é que deve ajustar-se, em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos e não

⁹ KOLLING, 1999 p. 68-69.

o contrário. É a escola que tem que flexibilizar e contextualizar o currículo. O que nem sempre tem sido efetivado. Daí a importância de se incluir no currículo o estudo do meio, da realidade imediata, o aprender a ver e analisar a realidade, para em seguida estender o olhar para horizontes mais largos. O conhecimento da realidade implica em ir além das questões mais próximas das experiências vividas pelos educandos. Pois, nesse processo, a relação com o desenvolvimento sustentável, seja no urbano ou no rural, seja na área irrigada, seja na área de sequeiro etc. deverá extrapolar o conhecimento e os saberes locais. No campo pedagógico e das aprendizagens, deve ser estabelecida uma relação direta com o paradigma da educação que compreende que o conhecimento trabalhado na escola assume uma dimensão de socialização e emancipação que extrapola as dimensões da escola e dos saberes nela trabalhados como algo suficiente em si. Esse caminho possibilitará, pois, a construção de novas formas de relacionamento nos assentamentos rurais, e, principalmente, uma mudança qualitativa na participação de jovens assentados em atividades e deliberações políticas e administrativas das áreas, e nas discussões acerca da elaboração e execução de novas políticas públicas. Outro aspecto relevante nas discussões com os jovens foram as múltiplas dificuldades de eles demonstrarem para construir um processo crítico que se ancore numa perspectiva de mudanças sociais no sentido da construção de uma sociedade diferente, fundamentalmente transformada. Tais dificuldades levam os jovens a reproduzirem os anseios dos adultos, a almejavem situações mínimas de conforto, muitas vezes espelhado na vida urbana, embora as cidades, no caso do Alto Sertão da Paraíba, sejam consideradas mais “rurais” do que se imagina. Mesmo quando os jovens se expressam de forma crítica em relação às condições em que se dão suas vidas cotidianas, essa crítica se baseia numa busca de soluções para problemas imediatos e não em ações propositivas que denunciem e anunciem o desejo de transformar suas atuais condições de vida, tendo como objetivo as mudanças nas relações de poder e de saber. Muitos jovens são cômicos das suas atuais dificuldades e sabem que seus sonhos e pretensões futuras exigirão muito esforço e persistência, reconhecendo inclusive que tais dificuldades acontecem com todos e não somente com eles. Embora afirmem gostar de morar nos assentamentos, por ser “um bom lugar”, quando demonstram interesse e vontade de resolver os problemas os jovens dizem se sentir inibidos ou constrangidos em apresentar sugestões, em expor suas idéias, por, muitas vezes, não serem levadas a sério. Os projetos em execução não foram criticados. Os jovens reconheceram que estes projetos são *“de grande valor, pois oportunizam o crescimento pessoal evitando estarem ocupados com coisas negativas”* (jovem do Assentamento Valdecy Santiago). Contudo, ressaltaram a necessidade de incentivos semelhantes aos que estavam sendo viabilizados, pelo projeto de extensão, como meio de motivá-los a serem *“mais participativos e não se acomodarem no tempo e no espaço”*. Esses aspectos assumem centralidade, pois, os estudos e

oportunidades de emprego constituem-se em desafios a serem enfrentados no desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens, considerando ou não as múltiplas formas de convivência com o semi-árido, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável nas áreas dos assentamentos.

O protagonismo juvenil nos assentamentos rurais se depara com a desqualificação social, política e cultural, que enquadra não apenas os jovens residentes nos assentamentos, mas todos os assentados e que é elaborada a partir da idéia de improdutividade dos assentamentos rurais, consequência de políticas assistencialistas de governo, destinação de terras a pessoas desqualificadas para o trabalho agrícola. Muitos jovens relataram a recorrência com que são rotulados de vagabundos, o que lhes causa uma sensação de muito desconforto. *“Na minha escola, por eu ser de assentamento, fui vista com maus olhos pelos colegas. Mas, aos poucos, fui conquistando meu espaço. Mas é muito constrangedor para eu ter que provar que tenho capacidade, que posso ter liderança, que tenho projeto de vida e que, por viver em assentamento, não sou vadia, ladra, vagabunda, como são vistos os sem terra”*. (jovem do Assentamento Santo Antonio). Essa sensação de desconforto é compensada pelo desejo e pela iniciativa demonstrada pelos jovens de mudar esta concepção, através de uma boa conduta na escola, da dedicação aos estudos e da participação ativa nas atividades do assentamento, reelaborando a idéia equivocada e muito presente no imaginário social de que os assentados são “vagabundos”, “ladrões” etc. Nos assentamentos Acauã, Santo Antônio e Frei Damião os jovens são os principais responsáveis pela coordenação, manutenção e administração dos viveiros de mudas, numa prática que alia preservação da vegetação nativa, sustentabilidade das condições de vida nos assentamentos, espaço de discussão de políticas públicas e “ritual de passagem” para a condição de sujeitos políticos atuantes. Nesta perspectiva, existe uma atitude positiva da maioria dos jovens, quando expressam o desejo de superar as dificuldades e reconhecem que, ao lado do pouco conhecimento sobre o que acontece na luta pela reforma agrária em outros locais do Brasil, as representações sociais dos assentados, sem-terra, trabalhador rural, camponês, seja pelos sujeitos das cidades seja pelos próprios sujeitos do meio rural, têm passado, nos últimos anos, por mudanças significativas no sentido da superação desses preconceitos. Por conseguinte, a construção de projetos de vida para os jovens dos assentamentos passa por uma melhor compreensão das condições históricas e materiais de suas vidas cotidianas na sociedade contemporânea. Outro aspecto relevante é a construção de competências e habilidades para que, a das adversidades, eles se tornem cidadãos. A questão da sociabilidade como forma de empoderamento dos jovens é colocada como elemento instituinte do seu protagonismo: *“(…) a importância de um ajudar ao outro (...) quando as pessoas permanecem unidas elas conseguem encontrar soluções para os problemas existentes (...), que não basta só falar que está faltando isso ou aquilo, mas tem*

que haver união e solidariedade entre as pessoas para que os problemas sejam solucionados (...) (jovem do Assentamento Santo Antônio). Os jovens compreendem, ainda, que existindo união nos assentamentos as coisas seriam mais fáceis, mas reconhecem que as dificuldades também partem deles próprios, pois, os jovens que manifestam interesse pelos assuntos do assentamento, ou por participar das reuniões da associação, sentem-se desestimulados, pelos amigos e pelos próprios moradores, “que acabam sempre dizendo que as coisas não vão dar certo”. Reitera-se, então, a necessidade da participação de jovens não só nas atividades e momentos do pensar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras nos assentamentos como na construção de experiências escolares e também políticas e culturais significativas que lhes dêem condições intelectuais para compreender o mundo em que vivem e para problematizar a luta pela *terra-de-trabalho* e pela permanência nela, superando o presenteísmo e contribuindo para a construção de condições de vida mais justas e menos excludentes.

Referências bibliográficas

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: UFPB, 1995.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: *construindo processos – o protagonismo juvenil*. In: **Jovens em Tempo Real**/ Paulo César Pontes Fraga, Jorge Atílio Silva Iulianelli (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 54-75.

KOLLING, Edgar Jorge et al. (Orgs.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UnB/CNBB/MST/UNESCO/UNICEF, 1999.

SOARES, Virgínia Maria Salerno. Metodologias participativas para projetos educacionais e tecnológicos. In. THIOLENT, Michel; FILHO; Targino de Araújo; SOARES, Rosa Leonora Salerno. (Org.). **Metodologia e experiências em projetos de Extensão**. Niterói-RJ: EdUFF, 2000, p. 43-54.

THIOLENT, Michel et al (Org). **Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão. Rio de Janeiro: 2003.

THIOLENT, Michel; FILHO, Targino de Araújo; SOARES, Rosa Leonora Salerno. (Org.). **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Niterói-RJ: EdUFF, 2000.